CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
ESTADO DE MINAS GERAIS
****

REQUERIMENTO N. 4188/2021

Excelentíssimo Senhor
Vereador Leonardo Rodrigues da Silva Neto
Presidente da Câmara Municipal de
ARAGUARI

Senhor Presidente,

A Vereadora que a este subscreve vem respeitosamente à presença de V.Exª. requerer, após ouvido o plenário na forma regimental, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Renato Carvalho Fernandes, extensivo à Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana - SETTRANS, encaminhando dados do Ministério da Cidadania que detalha situação das pessoas com deficiência no Brasil, conforme cópia anexa.

De acordo com matéria do Ministério da Cidadania, apresentando dados do censo demográfico, onde levou-se em consideração parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgando que existem no país 12 milhões de pessoas com deficiência, número que representa 7% da população brasileira. Desse total, 4,3 milhões de pessoas com deficiência estão no Cadastro Único, instrumento que identifica famílias de em vulnerabilidade econômica no Brasil para fins de inclusão em programas de assistência social e transferência de renda.

Neste sentido, solicito que, seja refeito o Plano de Mobilidade Urbana, principalmente no tocante as pessoas que possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Objetivando que nosso município seja visto como cidade inteligente de acordo com o que preconiza a Lei Federal n° 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que “Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências”.

E ainda buscando a atualização da última legislação de nosso município sobre o assunto foi a Lei Complementar nº 166, de 29 de junho de 2020, que “Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Araguari/MG, em substituição às disposições da Lei Complementar nº, 034 de 28 de dezembro de 2004, e suas alterações, dando outras providências”, a qual remete a última Lei municipal de nº 5793, de 8 de setembro de 2016, que “Regulamenta a Política Municipal de Mobilidade Urbana do Município de Araguari/MG e dá outras providências.”

Nestes Termos, pede e espera deferimento.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, sala das sessões em 07 de dezembro de 2021.

Eunice Maria Mendes
Vereadora Proponente

APROVADA 15 votos
REPROVADA - votos
DEFERIDO (-)
Sala das sessões, em 07/12/2021



OS NÚMEROS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NO BRASIL

12 milhões
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VIVEM NO BRASIL
(IBGE)

A publicação Proteção e Promoção Social de Pessoas com deficiência no Brasil: uma abordagem a partir de indicadores sociais e relatos de caso apresenta dados sociais sobre as pessoas com deficiência que vivem atualmente no Brasil.

4,3 milhões
de pessoas de baixa renda com deficiência estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

2,6 milhões
de pessoas com deficiência recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC), no valor de um salário mínimo, em setembro/2019

900 mil
pessoas com deficiência são membros de famílias que recebiam o Bolsa Família em setembro/2019



47%
das pessoas com deficiência no Cadastro Único são do sexo feminino

53%
são do sexo masculino no Cadastro Único

91%
das pessoas com deficiência no mercado formal são trabalhadores urbanos que possuem vínculo por meio da CLT

36%
dos trabalhadores com deficiência que têm vínculo formal são mulheres

20%
das pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único são idosas (65 anos ou mais)

25%
das pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único têm até 25 anos

Pouco menos de 1% dos trabalhadores no mercado formal têm algum tipo de deficiência

6% das pessoas com deficiência no mercado formal são servidores públicos

3 em cada 4 pessoas com deficiência que trabalham e estão no Cadastro Único exercem atividade informal

222.556 pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único estão no mercado informal

Cerca de 16% dos atletas profissionais possuem algum tipo de deficiência no Brasil

Dos 1.475 atletas profissionais, 237 possuem algum tipo de deficiência

112 mil famílias extremamente pobres têm pelo menos uma pessoa com deficiência que trabalha no mercado informal (inscritas no Cadastro Único)

Quase 80 mil pessoas com deficiência extremamente pobres possuem apenas o ensino fundamental incompleto ou não têm instrução alguma (inscritas no Cadastro Único)

MINISTÉRIO DA CIDADANIA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL